



Esta Relatora entende que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local. É o que diz o inciso I do artigo 30 da Constituição Federal:

*Art. 30. Compete aos Municípios:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

De igual modo, a Lei Orgânica do nosso Município:

*Art. 17. Compete privativamente ao Município:  
I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

E, ainda, de acordo com o Regimento Interno desta Casa (artigo 188), a apresentação de projeto cabe ao Vereador, à Comissão ou à Mesa da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica.

Diante do exposto, compete ao Vereador apresentar projeto de lei sobre tema de interesse local e esta Relatora entende que este Projeto não é considerado regulamentação de Regime Jurídico de servidor público, não incorrendo em iniciativa privativa do Chefe do Executivo, mas tão somente regulamenta política pública.

Sem mais considerações, passa-se a concluir.

### **3. Conclusão:**

Ante o exposto, salvo melhor juízo, esta Relatora entende que é constitucional o Projeto de Lei n.º 70/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 4 de agosto de 2022.

VEREADORA NAIR DAYANA  
Relatora